

**ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE CADASTRO
DE RESERVA NO CARGO DE PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL**

PROVA ORAL

PONTO 5 – DIREITO TRIBUTÁRIO

QUESTÃO 1

Considere a seguinte situação hipotética:

No ano de 2008, a empresa brasileira controladora Alfa S.A., sediada no território nacional, possuía investimentos na empresa controlada Beta S.A., situada nas Bahamas — país com tributação favorecida —, não havendo a formalização de tratado internacional em matéria tributária entre os países. A Receita Federal do Brasil, ao apurar o IRPJ da empresa controladora Alfa S.A., considerou os ganhos auferidos em decorrência dos investimentos na empresa controlada Beta S.A., levando em conta, para fins de eleição do fato gerador daquele tributo, a data do balanço em que os lucros haviam sido apurados na empresa controlada, independentemente do seu efetivo pagamento ou crédito em favor da empresa controladora Alfa S.A.

A partir da situação narrada, observando a Constituição Federal de 1988, o Código Tributário Nacional e a jurisprudência do STF, responda, de forma justificada, aos seguintes questionamentos.

- 1 No ordenamento jurídico brasileiro, qual é a posição hierárquica dos tratados internacionais em matéria tributária? Qual é o critério utilizado para resolver o conflito aparente entre norma interna e norma internacional?
- 2 Quanto ao IRPJ, qual é a diferença entre a tributação em bases territoriais e a tributação em bases universais? Qual dessas tributações é adotada atualmente pelo ordenamento nacional?
- 3 No caso narrado, é legítima a cobrança do IRPJ pelos ganhos da empresa controladora Alfa S.A. em decorrência dos investimentos na empresa controlada Beta S.A.? É legítimo o fato gerador eleito pela Receita Federal do Brasil? Houve bitributação?

TÓPICO(S) DOS OBJETOS DE AVALIAÇÃO ABORDADO(S)

7. Legislação Tributária: disposições gerais, natureza; espécies; vigência e aplicação; interpretação e integração. 16. Direito Tributário Internacional: operações internacionais e tributação; elementos de conexão; princípios da territorialidade, da fonte e da residência; bitributação econômica e bitributação jurídica.

PADRÃO DE RESPOSTA

1 – **(i)** Nada obstante a literalidade do art. 98 do CTN tenha sinalizado a prevalência dos tratados internacionais, ao prever que “os tratados e as convenções internacionais revogam ou modificam a legislação tributária interna, e serão observados pela que lhes sobrevenha”, **(ii)** a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, nas oportunidades pontuais em que enfrentou o tema, firmou o entendimento de que há paridade entre a norma brasileira de produção doméstica e a norma brasileira de produção internacional, de forma que os tratados internacionais em matéria tributária não ostentariam o atributo da suprallegalidade (RE 349.703 /RS e RE 80.004). **(iii)** Assim, o conflito entre uma e outra norma deveria ser resolvido, em regra, pelos mecanismos tradicionais — cronológico e especialidade.

Observação: não é necessário que o(a) candidato(a) mencione o número dos recursos extraordinários evocados.

2 – **(iv)** A tributação em bases territoriais adota enfoque segundo o qual a imposição tributária pelo IRPJ aplica-se apenas em relação a resultados positivos expressamente obtidos no território nacional, **(v)** enquanto a tributação em bases universais impõe que sejam tributados tanto os rendimentos obtidos no país quanto os obtidos de fonte estrangeira. **(vi)** Atualmente, o Brasil, no tocante ao IRPJ, adota a tributação em bases universais, considerada a regência inaugurada pela Lei n.º 9.249/1995.

Observação: o(a) candidato(a) não precisa mencionar o número da lei; basta dizer que atualmente a regra é a tributação em bases universais, para fins de IRPJ.

3 – Segundo a jurisprudência do STF – ADI 2588, REs 541.090 e 611.586, **(vii)** é legítima a cobrança do IRPJ pelos ganhos da controladora Alfa S.A. decorrentes do lucro auferido pela controlada Beta S.A, sediada em paraíso fiscal, devendo tais lucros ser considerados disponibilizados para a controladora na data do balanço no qual tiverem sido apurados pela controlada, pela aplicação do método da equivalência patrimonial — MEP (art. 74 da MP 2.158-35/2001). Segundo o STF, **(viii)** a utilização do MEP é válida, porquanto o expediente apenas define o momento em que ocorre a disponibilidade do lucro, tendo-se observado a previsão do CTN atinente ao imposto de renda, sem implicar a criação de novo fato gerador daquele tributo. **(ix)** Não há que se falar em bitributação, uma vez que o IRPJ não incide sobre lucro obtido por empresa situada no exterior, mas sobre os lucros obtidos por empresa sediada no Brasil, provenientes de fonte situada no exterior. Isso porque, **(x)** com a apuração dos lucros na sociedade controlada, a pessoa jurídica controladora adquire imediatamente tanto a disponibilidade econômica da renda — que se incorpora em seu patrimônio, acrescentando-lhe valor — quanto a disponibilidade jurídica da renda, pois terá título jurídico para pleitear e defender o direito relativo a essa renda.

Observação: não é necessário que o(a) candidato(a) mencione o número dos precedentes do STF evocados.

QUESITOS AVALIADOS

Quesito 1

Conceito 0 – Não emprega a linguagem de forma adequada.

Conceito 1 – Emprega a linguagem de forma mediana.

Conceito 2 – Emprega a linguagem de forma adequada.

Quesito 2

Conceito 0 – Não articula seu raciocínio.

Conceito 1 – Articula seu raciocínio de maneira precária.

Conceito 2 – Articula seu raciocínio de maneira satisfatória.

Conceito 3 – Apresenta excelente articulação.

Quesito 3

Conceito 0 – Não argumenta.

Conceito 1 – Argumenta de maneira precária.

Conceito 2 – Argumenta de maneira satisfatória.

Conceito 3 – Apresenta excelente argumentação.

Quesito 4

Conceito 0 – Não utiliza o vernáculo de forma correta.

Conceito 1 – Utiliza o vernáculo de forma mediana.

Conceito 2 – Utiliza o vernáculo de forma correta.

Quesito 5.1

Conceito 0 – Não menciona nenhum dos aspectos (i), (ii) e (iii) destacados no padrão de resposta.

Conceito 1 – Menciona apenas um dos três aspectos exigidos.

Conceito 2 – Menciona apenas dois dos três aspectos exigidos.

Conceito 3 – Menciona os três aspectos exigidos.

Quesito 5.2

Conceito 0 – Não menciona nenhum dos aspectos (iv), (v) e (vi) destacados no padrão de resposta.

Conceito 1 – Menciona apenas um dos três aspectos exigidos.

Conceito 2 – Menciona apenas dois dos três aspectos exigidos.

Conceito 3 – Menciona os três aspectos exigidos.

Quesito 5.3

Conceito 0 – Não menciona nenhum dos aspectos (vii), (viii), (ix) e (x) destacados no padrão de resposta.

Conceito 1 – Menciona apenas um dos quatro aspectos exigidos.

Conceito 2 – Menciona apenas dois dos quatro aspectos exigidos.

Conceito 3 – Menciona apenas três dos quatro aspectos exigidos.

Conceito 4 – Menciona os quatro aspectos exigidos.

PLANILHA DE CORREÇÃO

QUESITOS AVALIADOS		VALOR	CONCEITO				
1	Emprego adequado da linguagem	0,00 a 5,00	0	1	2		
2	Articulação do raciocínio	0,00 a 15,00	0	1	2	3	
3	Capacidade de argumentação	0,00 a 15,00	0	1	2	3	
4	Uso correto do vernáculo	0,00 a 5,00	0	1	2		
5	Domínio do conhecimento						
5.1	Tratados internacionais em matéria tributária	0,00 a 15,00	0	1	2	3	
5.2	Diferença entre a tributação em bases territoriais e a tributação em bases universais, para fins de IRPJ	0,00 a 15,00	0	1	2	3	
5.3	Análise do caso concreto	0,00 a 30,00	0	1	2	3	4
TOTAL		100,00					

**ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE CADASTRO
DE RESERVA NO CARGO DE PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL**

PROVA ORAL

PONTO 5 – DIREITO CONSTITUCIONAL

QUESTÃO 2

“A respeito da iniciativa para deflagração do processo legislativo, destaco que, a teor do ‘caput’ do art. 61 da Constituição, a regra geral, no direito brasileiro, é que as proposições legislativas podem ser apresentadas por qualquer membro do Congresso Nacional ou por comissão de qualquer de suas Casas, bem assim pelo Presidente da República, e, ainda, pelos cidadãos (no caso de iniciativa popular). Trata-se daquilo que a doutrina especializada convencionou chamar de iniciativa comum.

Em relação a algumas matérias, contudo, a Constituição Federal de 1988 confia a determinados agentes políticos a prerrogativa de iniciar o processo legislativo. Fala-se, então, em iniciativa legislativa reservada ou privativa. (...) Como se vê, a iniciativa legislativa privativa acaba, invariavelmente, por subtrair dos membros do Congresso Nacional a prerrogativa de fazerem instaurar o processo de formação de leis.” (ADI 5.126, excertos do voto do Ministro Relator Gilmar Mendes).

Considerando o fragmento de texto acima, e de acordo com a jurisprudência do STF, discorra sobre:

- 1 o princípio hermenêutico da conformidade funcional (também denominado exatidão funcional, correção funcional ou “justeza”) e sua relação com o princípio da separação de poderes;
- 2 a natureza taxativa ou exemplificativa do rol constitucional de iniciativa reservada das leis, bem como a viabilidade, ou não, de interpretações ampliativas de tal rol;
- 3 a possibilidade, ou não, de alteração de projetos de lei de iniciativa exclusiva do chefe do Poder Executivo, por meio de emendas parlamentares;
- 4 a possibilidade, ou não, de criar despesas para o Poder Executivo via lei de iniciativa parlamentar que não trate da estrutura da administração pública, da atribuição de seus órgãos nem do regime jurídico dos seus servidores.

TÓPICO(S) DOS OBJETOS DE AVALIAÇÃO ABORDADO(S)

6. Constituição de 1988. (...) Da Organização dos Poderes.

PADRÃO DE RESPOSTA

1 De acordo com tal princípio, os órgãos encarregados da interpretação constitucional devem se orientar pelos respectivos limites funcionais e não subverter o esquema organizatório-funcional dos poderes estabelecidos pelo Constituinte. O princípio da correção funcional é um dos critérios orientadores da atividade interpretativa e tem por objetivos guiar a interpretação dos preceitos normativos, para que seja respeitado o sistema de repartição de funções entre os Poderes constituídos, e resguardar a fiel observância da distribuição de competências entre as esferas da Federação ou entre os Poderes constituídos.

2 As hipóteses de limitação da iniciativa parlamentar estão previstas, em *numerus clausus* (rol taxativo), no artigo 61 da Constituição Federal de 1988. Não se pode ampliar tal rol para abranger, por exemplo, toda e qualquer situação que crie despesa para o estado-membro, em especial quando a lei prospera em benefício da coletividade. Nesse sentido: ADI 724-MC (“iniciativa reservada, por constituir matéria de direito estrito, não se presume nem comporta interpretação ampliativa, na medida em que, por implicar limitação ao poder de instauração do processo legislativo, deve necessariamente derivar de norma constitucional explícita e inequívoca”), ADI 3.394 e ADI 5.241.

3 É possível que haja alteração de projetos de lei de iniciativa exclusiva do chefe do Poder Executivo, por meio de emendas parlamentares, desde que: (1) haja pertinência temática; e (2) não haja aumento de despesa, com o objetivo, entre outros, de se evitar o chamado “contrabando legislativo”, bem assim a desfuncionalização dos poderes. Nesse sentido: ADI 1333, ADI 3114, ADI 5087 MC e ADI 2528.

4 É possível. Com efeito, não usurpa competência privativa do chefe do Poder Executivo lei que, embora crie despesa para a administração pública, não trata da sua estrutura ou da atribuição de seus órgãos nem do regime jurídico de servidores públicos (art. 61, § 1.º, II, “a”, “c” e “e”, da Constituição Federal). Nesse sentido: ARE 878.911 RG, Tema 917 do STF.

QUESITOS AVALIADOS

Quesito 1

Conceito 0 – Não emprega a linguagem de forma adequada.

Conceito 1 – Emprega a linguagem de forma mediana.

Conceito 2 – Emprega a linguagem de forma adequada.

Quesito 2

Conceito 0 – Não articula seu raciocínio.

Conceito 1 – Articula seu raciocínio de maneira precária.

Conceito 2 – Articula seu raciocínio de maneira satisfatória.

Conceito 3 – Apresenta excelente articulação.

Quesito 3

Conceito 0 – Não argumenta.

Conceito 1 – Argumenta de maneira precária.

Conceito 2 – Argumenta de maneira satisfatória.

Conceito 3 – Apresenta excelente argumentação.

Quesito 4

Conceito 0 – Não utiliza o vernáculo de forma correta.

Conceito 1 – Utiliza o vernáculo de forma mediana.

Conceito 2 – Utiliza o vernáculo de forma correta.

Quesito 5.1

Conceito 0 – Não responde ou responde de forma totalmente equivocada.

Conceito 1 – Responde de forma superficial, limitando-se a algum aspecto da resposta apontada como padrão.

Conceito 2 – Responde de forma mediana, indicando parte dos elementos da resposta apontada como padrão.

Conceito 3 – Responde de forma completa, indicando com precisão os elementos da resposta apontada como padrão.

Quesito 5.2

Conceito 0 – Não responde ou responde, incorretamente, que o rol tem natureza exemplificativa.

Conceito 1 – Responde que o rol tem natureza taxativa, sem apresentar qualquer justificativa.

Conceito 2 – Responde que o rol tem natureza taxativa, discorrendo sobre o ponto apenas.

Conceito 3 – Responde que o rol tem natureza taxativa, discorrendo sobre o ponto, bem como indica o não cabimento de interpretações ampliativas de tal rol.

Quesito 5.3

Conceito 0 – Não responde ou responde de forma totalmente equivocada, indicando que não é possível tal alteração.

Conceito 1 – Responde que é possível tal alteração, sem apresentar qualquer justificativa.

Conceito 2 – Responde que é possível tal alteração, tendo apresentado somente um dos aspectos/requisitos (desde que (1) haja pertinência temática ou (2) não haja aumento de despesa, com o objetivo, entre outros, de se evitar o chamado “contrabando legislativo”, bem assim a desfuncionalização dos poderes).

Conceito 3 – Responde que é possível tal alteração, apresentando os dois aspectos/requisitos (desde que (1) haja pertinência temática e (2) não haja aumento de despesa, com o objetivo, entre outros, de se evitar o chamado “contrabando legislativo”, bem assim a desfuncionalização dos poderes).

Quesito 5.4

Conceito 0 – Não responde ou responde que é impossível.

Conceito 1 – Responde que é possível, sem apresentar qualquer justificativa.

Conceito 2 – Responde que é possível, justificando a resposta, seja apontando que não usurpa competência privativa do chefe do Poder Executivo lei que, embora crie despesa para a administração pública, não trata da sua estrutura ou da atribuição de seus órgãos nem do regime jurídico de servidores públicos, seja indicando que há jurisprudência do STF nesse sentido.

PLANILHA DE CORREÇÃO

QUESITOS AVALIADOS		VALOR	CONCEITO			
1	Emprego adequado da linguagem	0,00 a 5,00	0	1	2	
2	Articulação do raciocínio	0,00 a 15,00	0	1	2	3
3	Capacidade de argumentação	0,00 a 15,00	0	1	2	3
4	Uso correto do vernáculo	0,00 a 5,00	0	1	2	
5	Domínio do conhecimento					
5.1	Princípio hermenêutico da conformidade funcional (também denominado exatidão funcional, correção funcional ou “justeza”) e sua relação com o princípio da separação de poderes	0,00 a 18,00	0	1	2	3
5.2	Natureza taxativa ou exemplificativa do rol constitucional de iniciativa legislativa reservada, bem como a viabilidade, ou não, de interpretações ampliativas	0,00 a 15,00	0	1	2	3
5.3	Possibilidade, ou não, de alteração de projetos de lei de iniciativa exclusiva do chefe do Poder Executivo, por meio de emendas parlamentares	0,00 a 15,00	0	1	2	3
5.4	Possibilidade, ou não, de lei de iniciativa parlamentar que não trate da estrutura da administração pública, da atribuição de seus órgãos nem do regime jurídico dos seus servidores crie despesas para o Poder Executivo	0,00 a 12,00	0	1	2	
TOTAL		100,00				

**ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE CADASTRO
DE RESERVA NO CARGO DE PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL**

PROVA ORAL

PONTO 5 – DIREITO ADMINISTRATIVO

QUESTÃO 3

Considere a seguinte situação hipotética:

Em janeiro de 2023, foi encaminhado à Consultoria Jurídica de um Ministério processo administrativo em que se questionava a possibilidade de contratação de empresa privada para auxiliar a reduzir os gastos com despesas rotineiras de determinado órgão incumbido de realizar reformas no Aeroporto de Viracopos — SP. Na consulta encaminhada, foram apresentadas as seguintes informações (todas coerentes com o que consta nos autos do processo):

- a) os valores das contas de água devidos pelo órgão superam aqueles incorridos nos exercícios anteriores, o que se imagina ser decorrente de danos existentes na tubulação de água e esgoto instalada, mas não visíveis a olho nu;
- b) os gastos com o consumo de energia elétrica poderiam ser diminuídos com a instalação de sensores ou outros equipamentos que gerem redução dos gastos energéticos;
- c) o órgão não possui dotação orçamentária para custear novas contratações, mas entende que seria imperioso reduzir as despesas correntes, especialmente, mas não exclusivamente, as indicadas nos itens “a” e “b” acima;
- d) o órgão entende ser necessária a contratação de empresa privada que conceba soluções capazes de reduzir estas e outras despesas correntes, hipótese na qual ela também ficaria incumbida de prestar serviços, realizar obras e fornecer produtos para esse propósito;
- e) o contrato a ser firmado com eventual empresa privada não teria caráter continuado.

Nessa situação, qual seria a melhor solução para atender a demanda do órgão? Como seria a remuneração do contratado? Fundamente suas respostas na Lei n.º 14.133/2021.

TÓPICO(S) DOS OBJETOS DE AVALIAÇÃO ABORDADO(S)

15. Licitações, contratos e convênios. Lei n.º 14.133/2021 e instrumentos regulamentadores.

PADRÃO DE RESPOSTA

O artigo 6.º, LIII, da Lei n.º 14.133/2021 dispõe que o contrato de eficiência é o contrato cujo objeto é a prestação de serviços, o que pode incluir a realização de obras e o fornecimento de bens, com o objetivo de proporcionar economia ao contratante, na forma de redução de despesas correntes, remunerado o contratado com base em percentual da economia gerada.

Desse modo, a melhor solução para atender à demanda do órgão seria a realização de um contrato de eficiência, considerando-se a maior economia para a administração, e a remuneração deveria ser fixada em percentual que incida de forma proporcional à economia efetivamente obtida na execução do contrato.

QUESITOS AVALIADOS**Quesito 1**

Conceito 0 – Não emprega a linguagem de forma adequada.

Conceito 1 – Emprega a linguagem de forma mediana.

Conceito 2 – Emprega a linguagem de forma adequada.

Quesito 2

Conceito 0 – Não articula seu raciocínio.

Conceito 1 – Articula seu raciocínio de maneira precária.

Conceito 2 – Articula seu raciocínio de maneira satisfatória.

Conceito 3 – Apresenta excelente articulação.

Quesito 3

Conceito 0 – Não argumenta.

Conceito 1 – Argumenta de maneira precária.

Conceito 2 – Argumenta de maneira satisfatória.

Conceito 3 – Apresenta excelente argumentação.

Quesito 4

Conceito 0 – Não utiliza o vernáculo de forma correta.

Conceito 1 – Utiliza o vernáculo de forma mediana.

Conceito 2 – Utiliza o vernáculo de forma correta.

Quesito 5.1

Conceito 0 – Não responde ou responde qualquer outra forma de contrato que não o de eficiência.

Conceito 1 – Afirma que a solução seria o contrato de eficiência sem mencionar a forma de remuneração ou aborda apenas a forma de remuneração com base em economia gerada, sem especificar que se trata de contrato de eficiência.

Conceito 2 – Afirma que a solução seria o contrato de eficiência, indicando que o contratado seria remunerado com base em percentual da economia gerada.

PLANILHA DE CORREÇÃO

QUESITOS AVALIADOS		VALOR	CONCEITO			
1	Emprego adequado da linguagem	0,00 a 5,00	0	1	2	
2	Articulação do raciocínio	0,00 a 15,00	0	1	2	3
3	Capacidade de argumentação	0,00 a 15,00	0	1	2	3
4	Uso correto do vernáculo	0,00 a 5,00	0	1	2	
5	Domínio do conhecimento					
5.1	O instrumento adequado para o caso é o contrato de eficiência; a remuneração se dará com base em percentual da economia gerada.	0,00 a 60,00	0	1	2	
TOTAL		100,00				

**ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE CADASTRO
DE RESERVA NO CARGO DE PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL**

PROVA ORAL

PONTO 5 – DIREITO EMPRESARIAL

QUESTÃO 4

Considere a seguinte situação hipotética:

Os sócios administradores da empresa Alfa, inscrita no Simples Nacional, promoveram a baixa voluntária da pessoa jurídica, sem a comprovação da quitação das obrigações tributárias. A PGFN, em face dessa situação específica, formalizou pedido de redirecionamento das execuções fiscais em curso — originariamente propostas contra a empresa Alfa — para os sócios administradores, tendo o juiz indeferido tal pedido, sob o argumento da inexistência de ato ilícito na baixa simplificada que permitisse a medida pleiteada.

A partir do caso narrado, observando as disposições da Lei Complementar n.º 123/2006 e a jurisprudência do STJ, responda, justificadamente, às seguintes indagações.

- 1 A baixa, na junta comercial, das empresas aderentes ao Simples Nacional está condicionada à comprovação da regularidade fiscal?
- 2 Na situação narrada, a conduta do juiz foi acertada? Seria possível o redirecionamento das execuções fiscais na hipótese narrada? Há fundamento legal autorizativo?

TÓPICO(S) DOS OBJETOS DE AVALIAÇÃO ABORDADO(S)

4. Liquidação, transformação, incorporação, fusão e cisão das sociedades.

PADRÃO DE RESPOSTA

1 **(i) A baixa, na junta comercial, das empresas aderentes ao Simples Nacional não está condicionada à comprovação da regularidade fiscal**, havendo previsão legal autorizando essa possibilidade. **(ii) Conforme a redação do art. 9.º da Lei Complementar n.º 123/2006, “o registro dos atos constitutivos, de suas alterações e extinções (baixas), referentes a empresários e pessoas jurídicas em qualquer órgão dos 3 (três) âmbitos de governo ocorrerá independentemente da regularidade de obrigações tributárias, previdenciárias ou trabalhistas, principais ou acessórias, do empresário, da sociedade, dos sócios, dos administradores ou de empresas de que participem, sem prejuízo das responsabilidades do empresário, dos titulares, dos sócios ou dos administradores por tais obrigações, apuradas antes ou após o ato de extinção.”.**

2 **(iii) A conduta do juiz foi desacertada**, porquanto, a teor do art. 9.º, § 5.º, da Lei Complementar n.º 123/2006, **(iv) “a solicitação de baixa do empresário ou da pessoa jurídica importa responsabilidade solidária dos empresários**, dos titulares, dos sócios e dos administradores no período da ocorrência dos respectivos fatos geradores.”. Daí que, inobstante a existência de ato ilícito, o redirecionamento decorre de previsão legal expressa. Em situação análoga, embora levando em conta preceito legal diverso, a jurisprudência do STJ (REsp 1591419/DF) adotou entendimento segundo o qual, em execução fiscal proposta em desfavor de micro ou pequena empresa regularmente extinta, **(v) ainda que não se cogite ilicitude**, para fins de aplicação do art. 135 do CTN, **é possível o imediato redirecionamento do feito contra o sócio com base na responsabilidade prevista no art. 134, VII, do CTN.**

QUESITOS AVALIADOS**Quesito 1**

Conceito 0 – Não emprega a linguagem de forma adequada.

Conceito 1 – Emprega a linguagem de forma mediana.

Conceito 2 – Emprega a linguagem de forma adequada.

Quesito 2

Conceito 0 – Não articula seu raciocínio.

Conceito 1 – Articula seu raciocínio de maneira precária.

Conceito 2 – Articula seu raciocínio de maneira satisfatória.

Conceito 3 – Apresenta excelente articulação.

Quesito 3

Conceito 0 – Não argumenta.

Conceito 1 – Argumenta de maneira precária.

Conceito 2 – Argumenta de maneira satisfatória.

Conceito 3 – Apresenta excelente argumentação.

Quesito 4

Conceito 0 – Não utiliza o vernáculo de forma correta.

Conceito 1 – Utiliza o vernáculo de forma mediana.

Conceito 2 – Utiliza o vernáculo de forma correta.

Quesito 5.1

Conceito 0 – Não menciona nenhum dos aspectos (i) e (ii) destacados no padrão de resposta, ou o faz incorretamente.

Conceito 1 – Menciona corretamente apenas um dos aspectos exigidos.

Conceito 2 – Menciona corretamente ambos os aspectos exigidos.

Quesito 5.2

Conceito 0 – Não menciona nenhum dos aspectos (iii), (iv) e (v) destacados no padrão de resposta, ou o faz incorretamente.

Conceito 1 – Menciona corretamente apenas um dos aspectos exigidos.

Conceito 2 – Menciona corretamente apenas dois dos três aspectos exigidos.

Conceito 3 – Menciona corretamente os três aspectos exigidos.

PLANILHA DE CORREÇÃO

QUESITOS AVALIADOS		VALOR	CONCEITO			
1	Emprego adequado da linguagem	0,00 a 5,00	0	1	2	
2	Articulação do raciocínio	0,00 a 15,00	0	1	2	3
3	Capacidade de argumentação	0,00 a 15,00	0	1	2	3
4	Uso correto do vernáculo	0,00 a 5,00	0	1	2	
5	Domínio do conhecimento					
5.1	Possibilidade de baixa das empresas aderentes ao Simples Nacional sem prévia liquidação	0,00 a 25,00	0	1	2	
5.2	Análise da conduta do juiz no caso hipotético	0,00 a 35,00	0	1	2	3
TOTAL		100,00				